

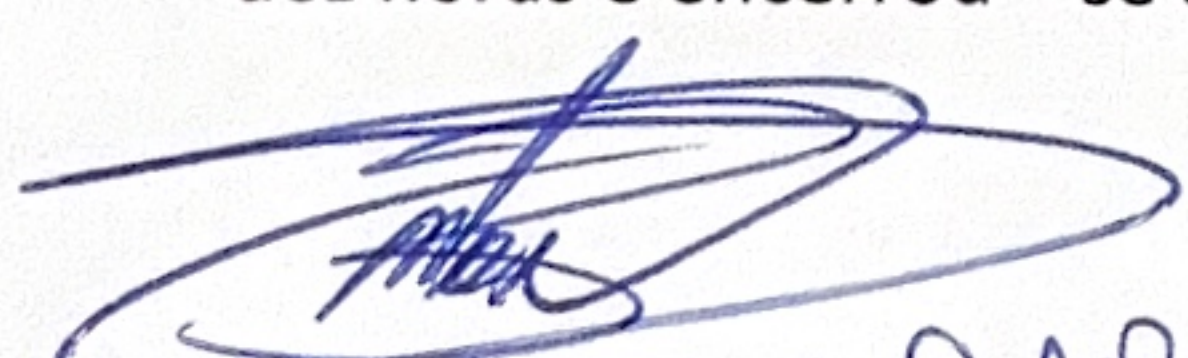


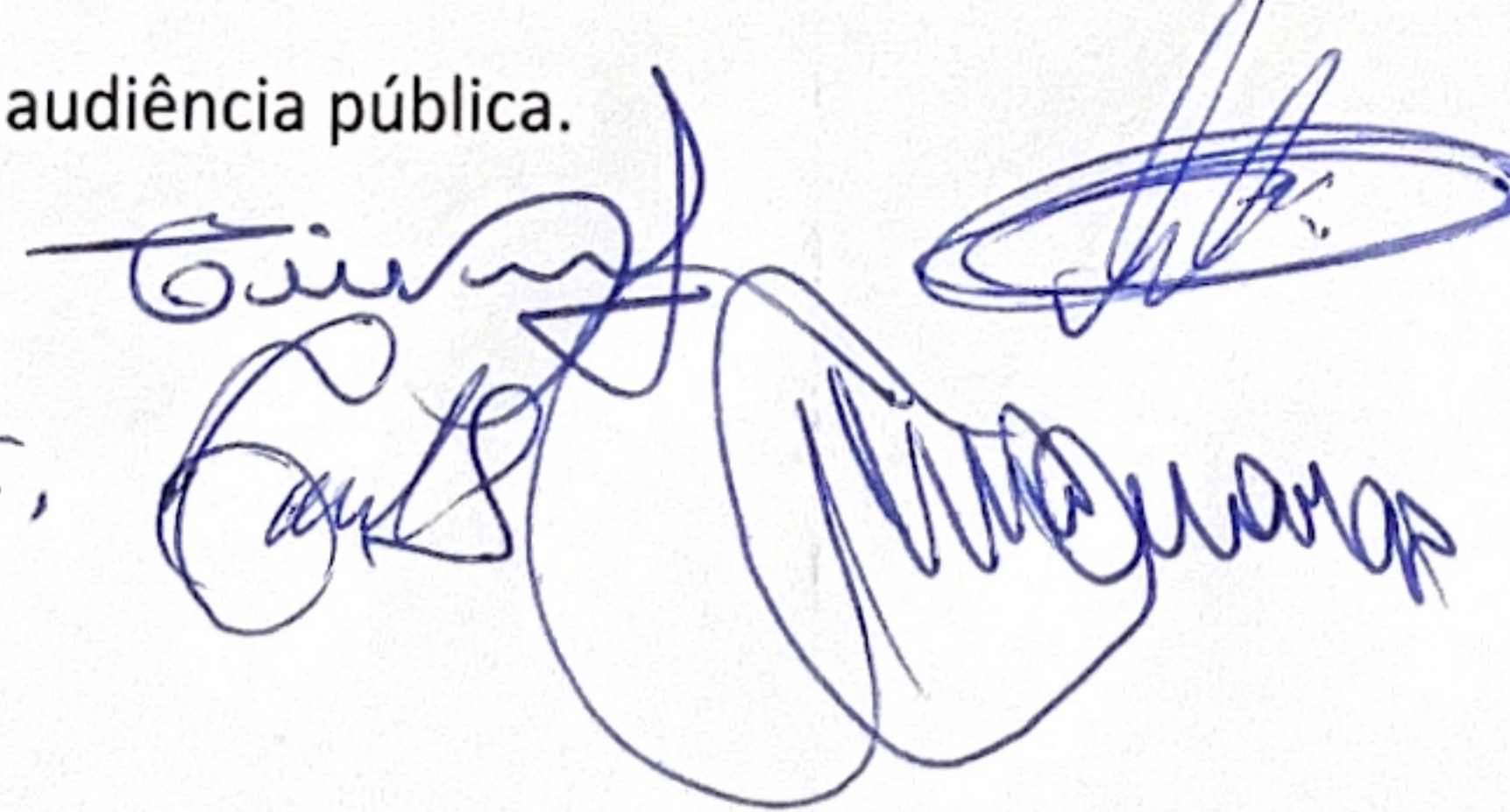
## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO

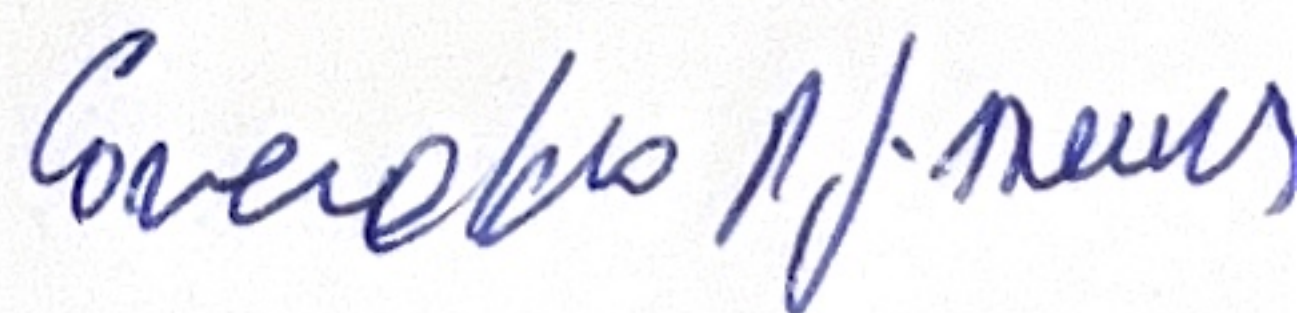
### ESTADO DO PARANÁ

Ata da Audiência Pública realizada no dia 26 de fevereiro de 2026, para dar cumprimento ao disposto no § 4º do Artigo 9º e § Único do Artigo 48 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF), para demonstração e avaliação do cumprimento das Metas Fiscais, aos senhores vereadores e para a sociedade, relativas ao 3º Quadrimestre de 2025.

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, (09:00) às nove horas de Brasília, no plenário da Câmara Municipal de Marquinho, deu-se início a uma audiência pública para apresentar a Prestação de Contas do Executivo, relativa ao cumprimento das metas fiscais do 3º quadrimestre de 2025 (outubro a dezembro de 2025). A audiência foi convocada através de edital publicado no Diário Oficial do Município – Jornal Correio do Povo. Estavam presentes os vereadores que compõe a Comissão de Orçamentos e Tomadas de Contas e Economia, também presente o Presidente do Legislativo Municipal de Marquinho e demais vereadores. Representando o Executivo, o contador Marcos Baptistel. Também demais participantes da sociedade. O contador Marcos Baptistel, que, conforme Art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, apresentou o demonstrativo de execução das metas orçamentárias referente ao período de maio a outubro a dezembro de 2025. Em sua fala, ele discorreu sobre o desempenho fiscal do Município no período mencionado, apresentando os relatórios relativos ao balanço orçamentário, receitas e despesas, também apresentou os relatórios da receita corrente líquida, despesa por função e sub-função, despesa com pessoal, receitas/despesas do Regime de Previdência, despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE onde o Município aplicou a % mínima dos impostos e transferências constitucionais. As Despesas com ações e serviços públicos de saúde – ASPS atingiram também os limites mínimos de aplicação de recursos livre, tais como os impostos e transferências constitucionais. A despesa com pessoal ficou abaixo do índice máximo por Lei no quadrimestre. Encerrada a explanação do contador, os vereadores presentes, fizeram diversos questionamentos, que foram respondidos pelos representantes do Executivo. Nada mais havendo a tratar, às dez horas e encerrou – se a audiência pública.

  
Adriano K. Dal Pai,



  
Governador R. J. Neuwirth